

Fechado o acordo da dívida

PAULO SOTERO,
DE WASHINGTON

Depois de algumas divergências com o comando do comitê de bancos sobre a forma da divulgação da notícia, o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, anunciou no começo da tarde de ontem, num breve comunicado conjunto com os credores, a finalização dos termos da proposta de acordo de reestruturação de US\$ 44 bilhões da dívida externa brasileira concluído em julho passado.

Pouco depois, o diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional, Michel Camdessus, deixou um encontro de mais de uma hora com Marcílio e sua equipe e confirmou que recomendará o acordo à comunidade financeira internacional. “Disse ao ministro que a crise política brasileira é um teste precioso para a democracia”, afirmou Camdessus. “Vejo com satisfação que o Brasil comprovou, em meio às dificuldades, que é capaz de manter a economia sob controle”. Diante disso, acrescentou o diretor do FMI, “confirmei ao ministro que o Brasil pode contar com o apoio total do FMI. Faremos tudo o que for possível”.

Marcílio, que ficou radiante após sua conversa com Camdessus — “nunca houve uma reunião com tanta dignidade, tão cordial e tão objetiva”, disse ele — festejou também a assinatura de dois empréstimos, num total de US\$ 300 milhões —do Eximbank do Japão para o Brasil —, os primeiros que o banco oficial japonês concede ao País desde 1985, em operações de co-financiamento com o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

O senador oposicionista José Fogaça (PMDB-RS), que integra a delegação oficial à reunião do FMI, elogiou o acordo e previu sua aprovação pelo Senado, que terá de referendar o texto antes de ser formalmente apresentada aos mais de seiscentos bancos credores e quatrocentos outros investidores. Fogaça advertiu, no entanto, que a venda e implementação do acordo ficará comprometido pelo impasse político que certamente se aprofundará se Collor permanecer na Presidência da República.

Mais um importante degrau no longo processo de normalização das relações do Brasil com a comunidade financeira internacional, o acordo com os bancos percorrerá um caminho cheio de obstáculos até a sua entrada em vigor, dentro de aproximadamente um ano. O mais importante deles será a aprovação, pelo Congresso, de uma reforma fiscal. O ministro da Economia confirmou, ontem, que esta é a condição do FMI para renegociar as metas do programa de ajustamento com o qual se comprometeu, no início do ano, e não cumpriu. O acordo do Brasil com o Fundo, embora tecnicamente em vigor, está suspenso. Sua reativação plena é indispensável para garantir tanto a adesão dos credores ao acordo de reestruturação da dívida como parte dos recursos que o Brasil investirá no financiamento das garantias iniciais de cerca de US\$ 3,2 bilhões que entregará ao banco.

A única diferença significativa entre o acordo anunicado em julho e o *term sheet* é a dilatação do prazo de sua efetivação, de abril para junho, com uma possível prorrogação até setembro. A proposta abrange o pagamento de aproximadamente de US\$ 4 bilhões em juros vencidos desde janeiro de 1991, bem como de um crédito de US\$ 3,9 bilhões que o País obteve na última renegociação da dívida, há quatro anos.

Engajado num delicadíssimo ato de equilibrismo político em Washington, Marcílio contou aos jornalistas que o presidente George Bush fez uma manifestação “de simpatia pessoal” ao presidente Collor e perguntou pelo estado de saúde de sua mãe, durante dois diálogos que teve com o líder americano na noite de domingo, na Casa Branca. Mas acrescentou que Bush mostrou também “seu interesse nas instituições brasileiras e seu bom funcionamento”.